



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº DE 2026

(Do Sr Capitão Alden)

Requer o encaminhamento de Ofício ao Ministério Público do Estado da Bahia para apuração da legalidade de prisão disciplinar aplicada a policial militar.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que seja encaminhado Ofício, por intermédio desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, ao Ministério Público do Estado da Bahia, na pessoa do Senhor Procurador-Geral de Justiça, solicitando a apuração da legalidade da prisão disciplinar imposta ao soldado da Polícia Militar da Bahia, Luan Ribeiro de Almeida Matos, lotado na 31ª CIPM, submetido a 20 (vinte) dias de detenção administrativa.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por finalidade submeter à apreciação do Ministério Público do Estado da Bahia fatos amplamente divulgados acerca da aplicação de sanção disciplinar ao referido policial





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

militar, em decorrência de manifestações realizadas em redes sociais, consideradas incompatíveis com a função policial.

A medida adotada suscita questionamentos relevantes quanto à observância dos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, bem como quanto à razoabilidade e proporcionalidade da sanção aplicada no âmbito administrativo disciplinar.

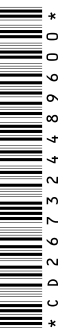
Embora os militares estaduais estejam submetidos a regime jurídico específico, pautado pela hierarquia e disciplina, tais valores não afastam a incidência das garantias fundamentais asseguradas pela Constituição Federal, as quais devem orientar a atuação da Administração Pública em todas as suas esferas.

Nesse contexto, mostra-se imprescindível a atuação do Ministério Público, instituição constitucionalmente incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, para verificar a regularidade do procedimento adotado e, se for o caso, adotar as medidas cabíveis.

A iniciativa também visa resguardar a segurança jurídica, a confiança institucional e o adequado equilíbrio entre a disciplina militar e os direitos fundamentais dos profissionais de segurança pública.

Dessa forma, o encaminhamento do presente Ofício, por meio desta Comissão, revela-se medida oportuna e necessária para assegurar a transparência e a legalidade na condução do caso em questão.

Ante o exposto, requer-se a aprovação do presente requerimento.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputado **Capitão Alden**

Apresentação: 04/05/2026 13:05:15.537 - CSPCCO

REQ n.212/2026



* C D 2 6 7 3 2 4 4 8 9 6 0 0 *